

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

WAGNER BARBOSA RODRIGUES

**DESIGUALDADES NA CONCESSÃO DE CRÉDITO EM UMA MESORREGIÃO DO
ESTADO DE SÃO PAULO: PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ E POLOS DE
CRESCIMENTO**

Uberlândia
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

WAGNER BARBOSA RODRIGUES

**DESIGUALDADES NA CONCESSÃO DE CRÉDITO EM UMA
MESORREGIÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ
E POLOS DE CRESCIMENTO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em
Administração, da Universidade Federal de
Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção
do título de Bacharel.

Orientador Prof. Dr. Luciano Ferreira Carvalho

Uberlândia/MG
2018

**DESIGUALDADES NA CONCESSÃO DE CRÉDITO EM UMA
MESORREGIÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO: PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ
E POLOS DE CRESCIMENTO**

Monografia aprovada para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal de Uberlândia (MG) pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 20 de Dezembro de 2018.

Prof. Dr. Jean Carlos Domingos, UFU/MG (Membro da banca)

Prof. Dr. Luciano Ferreira Carvalho, UFU/MG (Orientador)

Prof. Msc. Wemerson Gomes Borges, UFU/MG (Membro da Banca)

A minha mãe, que mais que qualquer outro agente que participou da minha vida,
sempre me encorajou e ofereceu suporte a minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, excelente profissional, que me deu todo o auxílio necessário e contribuiu de maneira ímpar para o alcance de diversos objetivos acadêmicos. Aos familiares que contribuíram de alguma maneira para minha formação. Aos memoráveis amigos do Bonde do Naldão que dividiram comigo tanto momentos de descontração quanto mazelas universitárias. A bateria Mercenária, que tive a indescritível honra de participar. Aos bares ao redor da Universidade, especificamente o saudoso “Bar Verde” e o tradicional “Bar da Dona Antônia” nos quais comemorei e curei minhas decepções. A minha namorada por me incentivar incansavelmente.

Ao fim do jogo, o rei e o peão voltam para a mesma caixa.
Provérbio italiano

RESUMO

Este trabalho investiga a relação entre determinadas variáveis e a concessão de crédito pelos bancos. A amostra é composta por municípios que compõem a mesorregião metropolitana do estado de São Paulo e abrange os anos de 2013 a 2017. Na metodologia foram realizadas regressões com dados em painel, as quais consideraram modelos de dados empilhados, efeitos aleatórios e efeitos fixos. Os resultados apontaram que o modelo de efeitos fixos foi o mais indicado para a dada amostra. Entre as variáveis, PIB, depósitos a prazo e número de agências foram as mais significantes na concessão de crédito pelos bancos. Verificou-se ainda que a distância entre municípios e polos não foi significativa para explicar a concessão de crédito.

Palavras-chave: Concessão de Crédito; São Paulo; Polos de Crescimento.

ABSTRACT

This paper investigates which variables affect the granting of credit by banks. The sample is made up of municipalities that make up the metropolitan mesorregion of the state of São Paulo and covers the years 2013, 2014, 2015, 2016 and 2017. In the methodology, regressions were performed with panel data, which will consider stacked data models, effects random effects and fixed effects. The results indicated that the fixed effects model was the most suitable for the given sample. Among the variables, GDP, time deposits and number of agencies were the most significant in the granting of credit by banks. It was verified that the distance between municipalities and poles was not significant to explain the concession of credit.

Keywords: Credit Granting; Sao Paulo; Growth Poles.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 INTRODUÇÃO AS DESIGUALDES E A HERANÇA DO COLONIALISMO	12
2.2 POLOS DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL POLARIZADO	14
2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O PRINCÍPIO DA CAUSAÇÃO CIRCULAR E ACUMULATIVA	16
2.4 TRANSMISSÃO INTER-REGIONAL E INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	19
2.6 MOEDA E DESENVOLVIMENTO: A ABORDAGEM PÓS-KEYNESIANA NA ECONOMIA REGIONAL E INTERNACIONAL	24
2.7 REVISÃO EMPÍRICA	39
3 ESTRUTURA METODOLÓGICA	34
3.1 DADOS	34
3.2 DESCRIÇÃO DA MESORREGIÃO	34
3.3 MODELO E TESTES	35
4 RESULTADOS	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

Uma forte tendência entre países em desenvolvimento, a nível nacional, é a agravante diferença de desenvolvimento entre suas regiões, sendo que tal condição sofre interferência de várias forças: mercado, estado, sistema bancário, câmbio, fatores históricos, entre outros (MYRDAL, 1972). No Brasil, houveram iniciativas visando provocar crescimento em algumas regiões através de planos econômicos que buscavam replicar práticas que surtiram efeito em países desenvolvidos, sendo que muitas tentativas falharam por não apresentar a adequação necessária exigida para a aplicação das teorias em um país em desenvolvimento. De acordo com Myrdal (1972) buscar o crescimento de regiões atrasadas é importante para utilizar todos os recursos disponíveis o mais próximo de sua totalidade, configurando nesse sentido não desperdício de mão de obra, o que é muito comum em países em desenvolvimento. Além disso, o desenvolvimento gera progresso técnico e tecnológico, tornando possível a oferta de serviços indispensáveis a sociedade.

Neste trabalho busca-se investigar quais fatores interferem na oferta de crédito para municípios paulistas, visto que estudos empíricos realizados no Brasil têm mostrado que indivíduos e bancos com forte preferência por liquidez optam por não conceder crédito a regiões mais pobres, caracterizando assim um sistema de manutenção da desigualdade (VAL MUNHOZ, 2007; ROMERO e JAYME JR, 2009; CARVALHO, 2014). Portanto, também é objetivo desse trabalho analisar qual a influência da disponibilidade de crédito como instrumento de manutenção da desigualdade. Em consequência espera se entender o que explica o número de agências por município e a destoante diferença entre a quantidade de agência de determinado município em relação a outro. Por fim, visa-se descobrir se a distância entre um polo de crescimento e demais municípios próximos interfere na capacidade desses municípios crescerem (a hipótese é de que quanto mais próximo do polo mais os municípios tendem a crescer, considerando dessa forma o polo como propagador do crescimento). Como amostra, foi escolhida a mesorregião metropolitana de São Paulo por se tratar de uma região consideravelmente homogênea. O motivo para tal escolha é que busca-se investigar se mesmo na região mais rica e produtiva do país persistem índices de desigualdade e quais são os agentes influentes nisso. Os anos abordados vão desde 2013 a 2017 visando fazer com que o estudo seja o mais recente possível, refletindo assim a realidade atual e considerando não apenas as diferenças municipais mas também as mudanças ocorridas ao longo do tempo.

A importância do estudo reside na necessidade de entender como se manifestam as desigualdades regionais no país e pela urgência com a qual tal assunto deve ser tratado com objetivo de desenvolver regiões ainda estagnadas e promover progresso através de soluções que possibilitem avanço e crescimento. O estudo é inovador por considerar a análise de uma mesorregião ao invés de realizar comparativo entre estados ou regiões do Brasil.

O estudo se divide nas seguintes seções além desta: na seção dois é feita uma revisão da literatura onde são apresentados estudos clássicos a respeito do desenvolvimento regional — e nacional — e também a perspectiva pós-keynesiana sobre o papel da moeda e do sistema financeiro no desenvolvimento regional e a preferência por liquidez, além de uma revisão empírica, que encerra a seção; na seção três é apresentada a coleta de dados, uma breve descrição sobre as microrregiões que constituem a mesoregião metropolitana de São Paulo e os modelos utilizados para obtenção dos resultados; na seção quatro são expostos os resultados; por fim na seção cinco são feitas as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção é dividida em referencial teórico e empírico. O tópico referencial teórico está dividido em seis partes, são elas: 1) introdução as desigualdades e a herança do colonialismo, 2) polos de crescimento e desenvolvimento regional polarizado, 3) desenvolvimento econômico e o princípio da causação circular e acumulativa, 4) transmissão inter-regional e internacional do desenvolvimento econômico, 5) teoria da localização e crescimento econômico regional e 6) moeda e desenvolvimento: a abordagem pós-keynesiana na economia.

2.1 Introdução às desigualdades e a herança do capitalismo

Percebe-se que a desigualdade, bem como os fatores propulsores ou retentores dela, são notáveis a nível nacional e internacional, sendo que de forma semelhante a qual um país se sobrepõe a outro, uma região pode também fazê-lo em relação à outra (HIRSCHMAN, 1977).

A localidade, assim como outros fatores históricos, pode influenciar o desenvolvimento de determinadas regiões em detrimento de outras. A partir do momento em que uma região se estabelece como polo em relação as demais, passa a demandar mais mão de obra, melhorias em transporte e locomoção em geral, há desenvolvimento de seu comércio, de sua produção, melhora nas condições de saúde e diminuição progressiva da pobreza (MYRDAL, 1972).

Esse estabelecimento, quando devido a fatores históricos, como uma boa localidade que permita atingir altos níveis de produção, acontece naturalmente e tende a se repetir em regiões semelhantes, qual tal é o exemplo da própria São Paulo, que fora mais antecipadamente que outras regiões ocupada por europeus (a localidade próxima ao litoral foi grande facilitador) e que posteriormente se destacou como grande produtora de café (terreno propício para se tornar uma grande oligarquia rural regional).

Não obstante, o desenvolvimento pode ser desencadeado, prolongado ou freado devido a intervenções do Estado, ao qual retornando ao exemplo de São Paulo, a região obteve auxílio para se industrializar durante o regime de Vargas, onde medidas como impor taxas sob importações internacionais fez com que outras regiões importassem de São Paulo, e

consequentemente possibilitou que a indústria da região se modernizasse e se ampliasse mais (a custas das regiões menos desenvolvidas).

Hirschman (1977) observa processo semelhante em países europeus e o autor denomina como Norte a região que tem se desenvolvido e Sul a que permanece em atraso:

As atividades manufatureiras e de exportação sulinas, sendo comparativamente ineficientes, embora gerando renda, podem sofrer uma depressão, como resultado da concorrência do Norte. Na medida em que a industrialização do Norte se processe adotando linhas de produção não existentes no Sul, é provável que o Sul leve desvantagem, porque terá agora de comprar as manufaturas do Norte, produzidas sob barreiras alfandegárias logo instituídas, ao invés de comprar bens similares, anteriormente importados de fora, a preços mais baixos. (SCHWARTZMAN, 1977, P. 40)

Em países que foram colônias, há grande influência do colonizador no desenvolvimento, no sentido de que as regiões que mantiam contato mais próximo da metrópole recebiam a visita regular de mão-de-obra qualificada que instruía os processos, e que de certa maneira, contribuía para formação local da colônia (MYRDAL, 1972).

Segundo Myrdal (1972), os governos coloniais construíram rodovias, portos, estradas de ferro, entre outros, os quais em geral aconteciam movidos pelos próprios interesses dos governos coloniais, mas que não se pode negar sua relevância para o desenvolvimento da colônia visto que proporcionava condições de segurança política e de rentabilidade econômica, que não seriam feitas por empresas particulares.

Porém, em contrapartida, alguns fatores prejudicavam a absorção de conhecimento e posterior possibilidade de crescimento da colônia:

O capital, a iniciativa e a mão-de-obra qualificada que um país colonizador enviava a um país dependente, tendiam, por motivos óbvios, a formar núcleos (enclaves) separados e isolados da economia circundante, e se mantinham ligados à economia da metrópole. Suas relações econômicas com a população nativa limitavam-se a empregá-la como mão-de-obra comum. As diferenças raciais e culturais e o nível muito baixo de salários e a maneira de viver tornavam a segregação rigorosa conseqüência natural até mesmo dentro dos próprios núcleos. A segregação prejudicou a transferência de cultura, inclusive de habilidades técnicas e de espírito empresarial, à população nativa. Essa é uma das principais razões por que esses impulsos econômicos do colonialismo permaneceram limitados e por que o movimento expansionista era demasiado fraco ou inteiramente ausente. (MYRDAL, 1972, p. 96)

Assim sendo, ao tempo que há algumas seguridades garantidas pela metrópole, também há limitações ao crescimento impostas por ela, e a emancipação se torna difícil, pois

aqueles que tem contato com a colônia pouco se interessam em promovê-la, estando interessados em manter seu estado de privilégio e estabilidade. Tal atraso prejudica a formação de um estado de nacionalidade própria que sentisse a necessidade de adotar medidas construtivas para o crescimento, e segundo Myrdal (1972), esse é o efeito mais importante do colonialismo.

Assim, as forças que foram atuantes em um país colônia explicam muito sua condição atual de desenvolvimento, estabelecendo uma relação explícita entre a herança deixada pelo colonialismo e uma posição de subdesenvolvimento:

Quando uma nação pobre e atrasada se torna politicamente independente, vem a descobrir que a independência política não significa que ela se encontra automaticamente no caminho do desenvolvimento econômico. Terá contra si processos sociais acumulativos que tendem a mantê-la na estagnação ou regressão: o jogo 'natural' das forças do mercado operará continuamente para aumentar as desigualdades internas e internacionais, enquanto o nível geral do seu desenvolvimento for baixo. Herda esse país uma economia de subsistência e, além disso, núcleos encravados de produção de bens primários para exportação. Para tornar-se capaz de importar os bens de capital que necessita para a realização do seu desenvolvimento econômico, terá de forçar sua produção para exportar, seguindo as linhas tradicionais. O 'bilateralismo compulsório' está entrincheirado firmemente em toda a estrutura econômica. Apenas gradualmente se transformará em sistema mais lucrativo de relações econômicas multilaterais com os mercados de todo o mundo. Como o novo governo não pode oferecer a segurança do colonialismo político, terá inicialmente a maior dificuldade em atrair empreendedores estrangeiros e fundos no mercado internacional de capitais. (MYRDAL, 1972, p. 100)

Obviamente, o fato de estabelecer uma relação entre a herança deixada pelo colonialismo e as dificuldades enfrentadas no caminho que se dirige ao crescimento não tem intuito de explicar em totalidade as causas do subdesenvolvimento, considerando que até mesmo países europeus que não foram colônias enfrentam condições de desigualdades regionais, como é o caso da Itália onde a região Sul é visivelmente mais atrasada, e também são muitas as variáveis participantes no processo que impedem um estopim que originaria crescimento (HIRSCHMAN, 1977).

Enfim, esta seção, por meio das razões apresentadas, procura evidenciar que o colonialismo proporcionou o robustecimento das forças de mercado que agiam no sentido das desigualdades internas e internacionais, estabelecendo assim relação com a origem e manutenção de todas as desigualdades. A seguir é apresentado o conceito de polo de

crescimento que procura estabelecer um padrão entre as regiões que se desenvolveram antes que outras.

2.2 Polos de crescimento e desenvolvimento regional polarizado

Perroux (1977) na tentativa de explicar o irregular crescimento observado em diferentes regiões apresenta o conceito de polos de crescimento, que segundo ele é formado por um conjunto de fatores que propiciam condições favoráveis para o desenvolvimento, como por exemplo, a existência de indústria(s) motriz(es), que possui(em) a capacidade de impulsionar outras empresas e se desenvolvem de forma mais ‘moderna’ que outras.

Nos processos observáveis de crescimento, certas indústrias despertam nossa atenção. Antes que outras, elas se desenvolvem sob a forma da grande indústria moderna: separação dos fatores da produção, concentração dos capitais sob um mesmo poder, decomposição técnica das tarefas e mecanização. (SCHWARTZMAN, 1977, P. 147)

Como essas empresas possuem a capacidade de influenciar o crescimento de outras, ocorre o surgimento de um polo de crescimento, que é composto por conjuntos ativos e conjuntos passivos, ao passo que é apoiado por um sistema de transporte favorável e imprescindível ao desenvolvimento.

O polo industrial complexo, geograficamente aglomerado, modifica o seu meio geográfico imediato e, se for poderoso, a estrutura inteira da economia nacional em que estiver situado. Como centro de acumulação e de aglomeração de recursos humanos e de capitais fixos e fixados, dá origem a outros centros de acumulação e aglomeração de meios humanos e de capitais fixos e fixados. A economia nacional nos oferece como uma combinação de conjuntos relativamente ativos (indústrias motrizes, polos de indústrias e de atividades geograficamente aglomerados) e de conjuntos relativamente passivos (indústrias movidas, regiões dependentes dos polos geograficamente aglomerados). Os primeiros transmitem aos últimos os fenômenos de crescimento. (SCHWARTZMAN, 1977, P.154/155).

Por fim, é possível estabelecer relação entre os polos de crescimento e uma possível razão pela qual algumas regiões se desenvolvem em detrimento (ou às custas) de outras. Perroux (1967) afirma que o crescimento não ocorre simultaneamente em toda parte, devido a ocorrência dos polos de crescimento, e do tamanho e intensidades dos mesmos, o crescimento pode se manifestar ou não, em proporções diferentes.

Dando continuidade ao trabalho de Perroux, Paelinck (1977) apresenta o conceito de regiões polarizadas e regiões programadas. Paelinck (1977) propõe a concepção de região

polarizada com intuito de ampliar a ideia de polos crescimento, considerando não apenas a concentração industrial, mas a organização do espaço e como se estrutura tal meio. Ainda assim, segundo ele, a polarização se dá por quatro efeitos: a polarização técnica (colaboração entre indústrias de diversos ramos, que produzirá um volume crítico de mercado e a diversificação regional), a polarização pelas rendas (considera a estrutura demográfica, composição e atração do emprego, e os fenômenos de transferências inter-regionais), a polarização psicológica (representada por fenômenos de imitação, nos quais empresas menores imitam decisões de empresas motrizes) e a polarização geográfica (consiste em uma organização dos polos geográficos a qual se explora da melhor forma possível os recursos) (PAELINCK, 1977). As regiões programadas abrangem não apenas as regiões polarizadas, mas também regiões que futuramente possam vir a ampliar o espaço polarizado, se caracterizando a longo prazo como extensões de polarização.

A região polarizada pode ser definida como o lugar de intercâmbio de bens e serviços, do qual a intensidade interior é superior, em cada ponto do espaço definido, á intensidade exterior. Esta assimetria provém da influência de um centro de gravidade, o polo de crescimento, entendido como um grande conjunto de empresas em estado de intercâmbios intensivos. A região polarizada se define, assim, no campo dos processos econômicos ou da fisiologia econômica. Utilizam-se as fontes estatísticas disponíveis para fornecer indicadores de polarização: estatística de transportes (ferroviário, fluvial, rodoviário), chamadas telefônicas, pesquisas sobre a atração comercial de centros urbanos. (SCHWARTZMAN, 1977, P. 176)

A análise de tais interações — entre indústrias motrizes e indústrias movidas, entre regiões desenvolvidas e atrasadas, e até mesmo entre países — é necessária para entender como as relações entre as variáveis se dão e como pode ser provocado crescimento através delas.

2.3 Desenvolvimento econômico e o princípio da causação circular e acumulativa

Myrdal (1972) apresenta um trabalho abrangente sobre as desigualdades, tanto nacionais quanto internacionais. Em teoria econômica e regiões subdesenvolvidas, começa expondo o cenário internacional, onde chama atenção para que poucos países são prósperos e vários são extremamente pobres, e quanto ao desenvolvimento, os países prósperos tendem a se desenvolver de forma contínua (inclusive são os países industrializados os que estão se industrializando mais) enquanto os países pobres apresentam desenvolvimento lento (lutam

contra a estagnação e outros problemas não enfrentados pelo primeiro grupo). Tais condições levam ao crescimento da desigualdade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos:

Nos países altamente desenvolvidos todos os índices sobem com firmeza. A médio e a longo prazo, não há sinais de esmorecimento no ritmo de desenvolvimento econômico. Retrospectivamente, as recessões e as depressões e, mesmo, os duros reveses decorrentes da guerra surgiram, apenas, como flutuações temporárias em firme tendência ascendente, a longo prazo. Por outro lado, nos países subdesenvolvidos, onde as rendas são muito mais baixas, a formação de capital e o investimento tendem geralmente a ser bem menores, mesmo em relação a essas rendas. (MYRDAL, 1972, P. 20/21).

Apesar do grave cenário — que tende a piorar cada vez mais — Myrdal (1972) salienta que há uma consciência crescente nos países em desenvolvimento onde os povos estão mais conscientes das desigualdades e tendem a atribuir parte da responsabilidade aos países prósperos. Tal engajamento leva a crer que os países em desenvolvimento tenderão a exigir e buscar cada vez mais por melhores condições no âmbito internacional.

Os efeitos observados são explicados (tanto no panorama regional quanto internacional, a salvo das particularidades de cada um) através do princípio da causação circular e acumulativa.

Primeiramente, Myrdal (1972) contesta a noção de equilíbrio estável — toda perturbação provoca reação dentro do sistema, dirigida no sentido de restaurar o novo estado de equilíbrio, portanto, um sistema econômico que não se encontre em estado de repouso está sempre, por essa razão, a mover-se para o equilíbrio, embora não o faça, necessariamente, de modo imediato — pois, segundo ele, a livre atuação das forças de mercado tendem em geral a aumentar as desigualdades e não a diminuí-las: considerando um estado de *laissez-faire*, agirão forças em vários sentidos, onde o encontro de forças — em direções opostas ou não — resultará em apenas um sentido, e não no equilíbrio, como se acreditaria.

Através do princípio da causação circular e acumulativa, no qual a ação de uma força em determinado sentido provocará o surgimento de forças derivadas em mesmo sentido, ‘vencendo’ no final as forças que tiverem maior intensidade e possuírem mais perpetuações (através das forças que derivam de um movimento inicial), fica evidente a necessidade de que haja maior ocorrência de propulsores positivos a fim de inibir os propulsores negativos, e apenas assim, diminuir as desigualdades.

Tal conclusão leva a crer que são necessárias ações intervencionistas para fazer com que os movimentos no sentido da diminuição de desigualdades sejam mais fortes que os

movimentos no sentido do aumento de desigualdades, e é exatamente isso que propõe Myrdal (1972). Sobre o suposto equilíbrio estável, ele afirma:

A ideia que pretendo expor é a de que, ao contrário, em geral não se verifica essa tendência á auto-estabilização automática no sistema social. O sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas, constantemente, se afasta dessa posição. Em geral, uma transformação não provoca mudanças compensatórias, mas, antes, as que sustentam e conduzem o sistema, com mais intensidade, na mesma direção da mudança original. Em virtude dessa causação circular, o processo social tende a torna-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente, sua velocidade. Um processo social pode, naturalmente, ser sustado. É possível que se dêem mudanças exógenas, com a direção e a força necessárias para estabilizarem o sistema. A posição de equilíbrio assim estabelecida não é, pois, o resultado natural do jogo de forças do sistema. A posição é instável. Qualquer nova mudança exógena iniciará, por sua vez, um processo acumulativo, que se moverá a partir dessa posição, em direção de posterior mudança. (MYRDAL, 1972, P. 34).

Nesse circulo vicioso da causação circular é possível explicar porque os países — ou regiões — mais prósperos tendem a se desenvolver mais enquanto os mais atrasados tendem a permanecer estagnados: efeitos positivos geram mais efeitos positivos que desencadeiam progresso no sentido de crescimento, enquanto efeitos negativos geram mais efeitos negativos que mantém a presente estagnação (MYRDAL, 1972).

Assim sendo, o processo de causação circular pode ser negativo ou positivo, pode resultar em crescimento ou atraso, e esse é o motivo pelo o qual o *laissez-faire* não é vantajoso em países ou regiões atrasados(as), onde a livre atuação de forças do mercado tendem a manter as coisas como estão, ou seja, estagnadas.

Tais efeitos positivos são denominados por Myrdal (1972) como “*spread effects*” (efeitos propulsores), e os efeitos que agem no sentido reverso de “*backwash effects*” (efeitos regressivos). Os efeitos propulsores estimulam e acompanham o desenvolvimento, são melhorias nos transportes, comunicações, padrões educacionais, racionalização da população demonstrado através de ideias e valores mais modernos — os habitantes de regiões menos desenvolvidas se mostram mais adeptos a religiões primitivas, são mais tradicionais, supersticiosos e menos racionais — que aos poucos se alastram afetando não apenas o centro progressista, mas também os arredores:

Em oposição aos “efeitos regressivos” há, também, certos “efeitos propulsores” (*spread effects*) centrífugos, que se propagam do centro de expansão econômica para outras regiões. É natural que toda região situada em torno de um ponto central de expansão se beneficie dos mercados crescentes de produtos agrícolas e seja

paralelamente estimulada ao progresso técnico. Há também outra linha de “efeitos propulsores” centrífugos que atingem localidades ainda mais distantes, onde existem condições favoráveis á produção de matérias-primas destinadas ao abastecimento das indústrias em desenvolvimento nos centros; se número suficiente de trabalhadores se empregarem nessas outras localidades, até as indústrias de bens de consumo serão estimuladas. (MYRDAL, 1972, P. 58).

Apesar da possibilidade de que o centro de expansão propague o crescimento e alavanque regiões próximas, ao mesmo tempo, também pode haver ocorrência de efeitos regressivos, que agem no sentido de desacelerar o desenvolvimento: a região polo atrai mão de obra — principalmente mão de obra qualificada que desfrutam de mais oportunidades e melhores condições de vida e carreira na região desenvolvida — por oferecer mais empregos, atrai o capital por ser uma região mais segura para se investir, atrai comércio por ter demanda maior por bens de consumo e serviços, e se industrializa as custas das regiões mais atrasadas vendendo para elas seus produtos industrializados e escoando sua produção, enquanto as regiões atrasadas são obrigadas a pagar mais caro pelos produtos produzidos pela região polo — como a industrialização é recente não se consegue ter o mesmo alto desempenho, qualidade e redução de custos que aqueles que já produzem a mais tempo — enquanto poderiam importar mais barato (MYRDAL, 1972). Dessa forma, caso não haja intervenções, os efeitos propulsores não serão fortes o suficiente para atingirem demais regiões:

Por si próprios, a migração, o movimento de capital e comércio são, antes, os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve para cima, nas regiões muito afortunadas, e para baixo, nas desafortunadas. Em geral, seus efeitos são positivos nas primeiras e negativos nas últimas. Estudos em muitos países revelam como o sistema bancário, quando não controlado para operar de maneira diferente, tende a transformar-se em um instrumento que drena as poupanças das regiões mais pobres para as mais ricas e mais progressistas, onde a remuneração de capital é alta e segura. (MYRDAL, 1972, P. 53/54).

Inúmeros efeitos, positivos e negativos, ocorrem simultaneamente em todas as regiões, sendo que quão mais fortes e numerosos tornam-se os efeitos propulsores, mais fracos tornam-se os regressivos, e vice versa.

É por isso que Myrdal (1972) afirma que o livre comércio funciona bem em regiões já desenvolvidas — onde os efeitos propulsores tendem por si próprios a se fortalecerem — e não tão bem em regiões atrasadas, onde se faz necessária a intervenção do estado no sentido de ceder privilégios — menor tributação, ou promover planos específicos de desenvolvimento a determinada região, ou ainda de investimentos na industrialização e posteriormente na diferenciação dos produtos industrializados — e promover proteção econômica.

Em países desenvolvidos, tais concessões são aceitas com maior facilidade pois juntamente a consciência crescente os habitantes já estão satisfeitos com suas condições de vida e se solidarizam-se mais com os outros, não se importando em realizar concessões. Myrdal (1972), por fim, sugere que seja realizado estudo específico com base nas inter-relações entre as regiões para identificar as variáveis mais importantes do processo e investir em efeitos propulsores que se mostrem mais perpetuáveis.

2.4 Transmissão inter-regional e internacional do desenvolvimento econômico

Hirschman (1961) investiga como o desenvolvimento econômico pode ser transmitido de uma região ou país para outra. Para tal, primeiramente, ao analisar como se dá o crescimento, constata que existem vantagens de localização, e que a proximidade com um centro progressista pode ser bastante benéfica, pois nele já se criou uma *atmosfera industrial* receptiva a inovações e empreendimentos. Outra constatação feita por Hirschman é que o crescimento é naturalmente desequilibrado:

Nesta investigação, podemos admitir, como fato consumado, que o progresso econômico não se manifeste em toda parte ao mesmo tempo e que, uma vez que aquele surja, forças poderosas promovam a concentração espacial do desenvolvimento, em volta dos pontos originários iniciais. (HIRSCHMAN, 1961, P. 277).

Para Hirschman (1961) o fato de existir polos de crescimento é uma confirmação de um crescimento geograficamente desequilibrado, pois é parte concomitante do processo de crescimento, ao qual é aceito um aglomerado desenvolvido (ou em desenvolvimento) e outro não. De maneira positiva, o aparecimento de polos de crescimento é inevitavelmente também, uma força que coloca em movimento outras forças que irão repercutir de maneira a agregar crescimentos a demais partes. Tal exercício de força pode ser negativo quando a parte desenvolvida cresce a partir da exploração de outras.

Para apresentar o conceito de efeitos fluentes e de polarização — semelhantes aos efeitos propulsores e regressivos descritos por Myrdal — que estão presentes nas interações entre regiões e países, Hirschman (1961) utiliza de uma terminologia específica na qual denomina como Norte a região desenvolvida e Sul a atrasada (em referência ao fato que na Itália, como outros países europeus, a região sul é estagnada e a norte desenvolvida). Assim sendo, o desenvolvimento do crescente Norte provoca conseqüências no Sul, as

consequências favoráveis são os chamados efeitos fluentes, as desfavoráveis são os efeitos de polarização.

Como efeitos fluentes, pode-se citar: a possibilidade de complementaridade das economias das regiões — caso a região atrasada forneça matéria-prima para a região desenvolvida é bastante provável que se inicie um movimento de crescimento da região atrasada, podendo essa adiante se industrializar — bem como de transportes e comunicação, investimentos do Norte no Sul, intensificação de pesquisas do Norte no Sul, e absorção pelo Norte de mão de obra parada no Sul (diminuindo assim o desemprego e aumentando a possibilidade de consumo do povo do Sul). Entre os efeitos de polarização, Hirschman (1961) cita: obrigação de consumo de produtos nacionais (taxação em produtos de outros países para estimular a produção da região desenvolvida, migração de mão de obra qualificada para o Norte, e drenagem de investimentos para o Norte (que oferece retorno compatível e seguro).

Hirschman (1961) reconhece a frágil condição do governo para lidar com as desigualdades e estimular a região atrasada, pois é extremamente difícil realizar as concessões necessárias para provocar estímulos positivos considerando a dependência em relação ao sistema privado e a fraca capacidade de planejamento local:

A elaboração dos inúmeros projetos de pequena monta, em que, tipicamente, se divide o investimento público quando predomina esta norma, requer relativamente pouco talento para planejamento e engenharia, enquanto que os grandes planos de energia elétrica, transporte ou indústria básica exigem muito maior capacidade do que aquela de que normalmente pode o governo dispor. Eis porque se considerou excessivamente valioso o argumento de que o desenvolvimento não é entravado pela escassez de fundos e sim pela escassez de elementos bancáveis (negociáveis em banco, ou que representem valor para um banco), isto é, projetos bem engendrados e calculados. A questão sobre o que deve preceder o projeto ou os fundos, é, na realidade, uma variante do ovo e da galinha. (HIRSCHMAN, 1961, P. 286/287).

Ainda assim, espera-se a interferência do governo, mesmo que seja ‘como ele puder’, a fim de alterar tal composição geográfica de desenvolvimento.

Hirschman (1961) ainda faz comparação entre o desenvolvimento regional e internacional na tentativa de apresentar condições favoráveis ao separatismo (caso a transmissão de desenvolvimento se dê mais facilmente entre países seria uma boa ideia se separar de determinada região para alcançar o desenvolvimento) e condições favoráveis a cessão *da* soberania (manter-se unificado).

Caso o Sul se separasse do Norte, é bastante provável que os efeitos de polarização fossem diminuídos: o Sul não compraria produtos mais caros do Norte (como feito

anteriormente através de taxas tributárias em produtos importados de outros países), teria seu potencial de desenvolvimento menos prejudicado (oportunidade de produção de especialização em produtos que o Norte dominava) e, principalmente, autonomia político econômica para tomar decisões. Já as vantagens da cessão de soberania são os já conhecidos: possibilidade de explorar toda a capacidade territorial ao se desenvolver a região estagnada (Sul) e assim se tornar um país muito mais poderoso, acreditar na solidariedade de que serão aceitas reformas no sentido de diminuir as desigualdades e a transferência de conhecimento e investimentos do Norte para o Sul.

Por fim, segundo Hirschman (1961, P. 297), “concluimos que, postas na balança, é provável que as forças que promovem a transmissão inter-regional do desenvolvimento pesem mais que as incentivadoras da transmissão internacional”. Mas deve se considerar que existe forte repulsa por parte das regiões desenvolvidas em relação as não desenvolvidas, fator que impede a união das regiões e da origem a ideias separatistas baseadas em um forte ego desenvolvido nos locais desenvolvidos. Tais ideologias devem ser combatidas em prol da união e desenvolvimento da nação.

2.5 Teoria da localização e crescimento econômico regional

North (1977) elucida um aspecto diferente dos demais autores apresentados sobre o desenvolvimento regional. Apesar, de assim como os acima expostos, concordar com a ideia de crescimento desuniforme, ele propõe que a solidificação de uma base de exportação seja o propulsor que irá colocar em movimento o processo de desenvolvimento.

North (1977) apresenta o conceito de teoria da localização e crescimento regional, o qual descreve uma seqüência de estágios que devem ser percorridos para que se alcance o desenvolvimento.

A seqüência que as regiões teriam de passar seria: i) fase econômica de subsistência, auto-suficiente, onde a camada principal da população se localiza próxima aos recursos naturais, ii) surge uma segunda camada da população — que tem sua localização determinada pela primeira camada, por depender dela — que começa a gerir modestas indústrias locais para os agricultores (á medida que vão ocorrendo melhorias nos transportes, surgindo mais comércios e especialização), iii) ocorre o surgimento de várias culturas agrícolas através do aumento do comércio inter-regional, iv) acontece a industrialização — introdução das atividades secundárias: indústria manufatureira e de mineração — proporcionada pelo

aumento da renda e da população, v) estágio final do desenvolvimento regional onde a região se especializa em atividades terciárias, exporta capital, mão de obra qualificada e serviços especiais para regiões menos desenvolvidas.

North (1977), porém nota que há pouca semelhança entre essa seqüência de estágios e o desenvolvimento estadunidense, e acredita que tal ocorrência se deve ao fato que essa teoria, por ser um pouco primitiva e por haver poucos estudos na área, considera o desenvolvimento de regiões européias, as quais a maioria passou por tais estágios semelhantes de desenvolvimento. Assim sendo, tal teoria é incoerente e não consegue explicar a causalidade e as variáveis envolvidas no desenvolvimento das regiões, de forma ampla. O autor afirma:

Quando a seqüência de estágios é confrontada com a história econômica das regiões americanas, surgem duas objeções básicas: (1) Estes estágios apresentam pouca semelhança com o desenvolvimento real das regiões. Não são capazes, sobretudo, de fornecer qualquer indicação sobre as causas do crescimento e da mudança. Uma teoria do crescimento econômico regional deveria, claramente, concentrar-se nos fatores críticos que promovem ou impedem o desenvolvimento. (2) Além disso, se desejamos um modelo normativo de como as regiões deveriam crescer, com o objetivo de analisar as causas da estagnação ou decadência, então essa seqüência de estágios é de pouca utilidade e de fato enganadora, pela ênfase que coloca na necessidade da industrialização (e nas dificuldades de promovê-la). (SCHWARTZMAN, 1977, P. 295).

Assim sendo, pode se concluir, que nem a teoria da localização quanto menos os estágios de desenvolvimento podem explicar o desenvolvimento ou não de determinada região, porém, a teoria constitui importante auxílio para construir outro modelo que consiga explicar. North (1977) propõe que através do desenvolvimento dos primeiros produtos de exportação passe a haver uma redução significativa dos custos — que irá continuar a se desenvolver e reduzir custos cada vez mais — que proporcionará certa vantagem competitiva. Juntamente a essa produção mais eficiente acontece também diminuição dos custos de transferência — relativos ao transporte dos produtos — que resultará em grande aumento do alcance de produção, gerando mais mercados e vendas disponíveis.

A medida que as regiões cresciam em torno de uma base de exportação, desenvolviam-se as economias externas, o que melhorava a posição do custo competitivo de seus artigos de exportação. O desenvolvimento de organizações especializadas de comercialização, os melhoramentos no crédito e nos meios de transporte, uma força de trabalho treinada e indústrias complementares, foram orientados para a base de exportação. O esforço conjunto para melhorar a tecnologia da produção foi igualmente importante. As fazendas-modelo, as

universidades estaduais e outros grupos locais de pesquisa se tornaram serviços auxiliares para as indústrias de exportação, e empreenderam pesquisas em melhoramentos tecnológicos para agricultura, mineração e qualquer manufatura que abrange a base exportadora da região. (SCHWARTZMAN, 1977, P. 300).

Ainda, o desenvolvimento dessa base de exportação levaria ao surgimento de indústrias residenciais voltadas a produção para o consumo local, e ao longo do tempo, surgiriam demais indústrias independentes da base de exportação, pois cria-se uma atmosfera propícia aos negócios — a renda *per capita* aumenta, a população passa a ter mais condições de consumir bens e serviços, o que estimula o surgimento de outros tipos de indústrias — levando assim a uma diversificação dos produtos oferecidos — em primeiro estágio apenas para o consumo local — que mais adiante pode vir a se tornar exportáveis, gerando assim uma diversificação maior também na base de exportação, o que é bastante agradável.

Contudo, North (1977) salienta que atingir a industrialização é consideravelmente difícil para uma região estagnada, e que ainda, atingir essa transformação de exportação de bens primários para manufaturados (ou até mesmo diversificar os produtos primários) é ainda mais difícil. Apesar do surgimento de indústrias de demais ramos, essas são suportadas principalmente (a redução dos custos de transferência e processamento, bem como os esforços das autoridades federais, estaduais e municipais constituem ajudas importantes) pela base de exportação, ou seja, a região se torna cada vez mais dependente dessa base e é mais difícil migrar dela para outros estágios de indústrias mais complexas. North (1977) afirma:

Uma variação percentual do emprego do setor primário para os setores secundário e terciário não reflete, necessariamente, uma mudança da dependência da agricultura para a dependência da manufatura e serviços. Ao contrário, pode significar o simples fato de que os fazendeiros estão recebendo altas rendas por suas culturas agrícolas e, assim, compram mais bens e serviços das indústrias locais. (SCHWARTZMAN, 1977, P. 306).

Além disso, a base de exportação pode estar baseada em apenas um produto, o que caracteriza uma dependência ainda maior e geradúvidas se a região é realmente industrializada. (NORTH, 1977)

Apresentadas tais dificuldades, North (1977) conclui que a mudança de uma base agrícola para uma base industrial pode não ser necessária nem desejável, e que as regiões desenvolvidas não necessariamente tiveram de chegar ao final do estágio de industrialização, pois é possível que uma região cresça baseada apenas em uma base de exportação agrícola. Contudo, segundo o autor, não se pode contestar que um aumento dos produtos de exportação de uma região da origem a efeitos múltiplos na região, ao induzir o aumento de investimentos

não apenas na indústria de exportação, mas também em outros tipos de atividade econômica (NORTH, 1977). Portanto, a determinação de uma região deveria considerar não apenas o espaço geográfico, mas também uma base de exportação comum. Espera-se, que quando o desenvolvimento aconteça (da forma que for) as diferenças regionais sejam diminuídas e que o regionalismo tenda a desaparecer. Como o desenvolvimento cresce em ritmo e de formas diferentes, não se pode esperar que aconteça de maneira tão simples seguindo uma seqüência de estágios determinados.

2.6 Moeda e desenvolvimento: a abordagem pós-keynesiana na economia regional e internacional

A moeda tem sido tratada como mero instrumento de troca por diversas abordagens econômicas (abordagens ortodoxas, como por exemplo, a abordagem clássica e neo-clássica), sendo que a perpetuação de tal pensamento pode ser justificada pelo fato de que nos primórdios dos estudos de economia a moeda realmente representava apenas um meio de troca, e considerar que a moeda afeta a economia e exerce papel não neutro implicaria mudanças em toda a teoria econômica (DOW, 1993). Ao longo da história esse aspecto tem chamado a atenção, e a abordagem que aqui será tratada, pós-keynesiana, apresenta argumentos que corroboram com essa afirmação de que a moeda é não neutra e procura esclarecer como ela atua no campo regional e internacional.

Dow (1993) apresenta análises sobre o papel da moeda na economia regional e internacional sob a ótica do pós-keynesianismo, não reconhece a moeda como neutra e acredita que os aspectos monetários e financeiros da economia, bem como a própria moeda, influenciam no desenvolvimento ou atraso das regiões. A moeda seria não neutra devido a possibilidade de reserva de riqueza, pela formação de expectativas sob a incerteza e pelo tempo histórico.

O tempo histórico — diferente do tempo lógico utilizado pelos clássicos, considera apenas a causalidade do tempo, ou seja, a distinção lógica entre eventos consecutivos — admite o tempo da maneira mais convencional: vindo do passado para o futuro, sendo irreversível (portanto as decisões tomadas, investimentos realizados, ou quaisquer similares são irreversíveis) e unidirecional. O conceito de incerteza requer concordância com o conceito de tempo histórico, pois nele as ações são tomadas com base em expectativas no futuro, ou seja, em expectativas de como estará o mundo em determinado momento adiante, e assim

sendo, as decisões podem vir a se converter em fracasso ou sucesso (e como elas são irreversíveis, não se pode ‘voltar no tempo’ e modificá-las). Assim como é necessário aceitar a concepção de tempo lógico para compreender a estrutura metodológica da teoria do equilíbrio geral, também é necessário aceitar a concepção de tempo histórico para compreender a estrutura metodológica pós-keynesiana, sendo impossível a desvinculação entre tempo histórico e incerteza:

The methodological framework in the sense of mode of thought as outlined above, determines broadly the scope of the theoretical structure to be employed. A general equilibrium framework, which is the logical outcome of a Cartesian-Euclidean approach to economics, cannot incorporate money, uncertainty and historical time in the sense of the terms employed by Post Keynesians. Similarly, the Post Keynesian framework, which is the logical outcome of a Roman-Stoic approach, cannot generate universal theorems from basic axioms. (DOW, 1993, p. 15).

O conceito de incerteza apresentado não pode ser calculado através de fórmulas probabilísticas, pois essa incerteza representa exatamente a parte que não pode ser mensurada, segundo Dow (1993, p. 16): *“But true uncertainty by definition cannot be modelled deterministically; herein lies its significance for decision-making. It refers to an absence of knowledge, a lack of confidence in one’s predictions”*. Considerando a existência do tempo histórico e da incerteza torna-se plausível a preferência por liquidez como meio de se prevenir a futuras perdas ou ocorrência de crises, com a moeda atuando como uma espécie de seguro ao longo do tempo, não agindo apenas como ferramenta de troca, mas exercendo papel na economia. A negação do tempo histórico — e conseqüentemente da incerteza não probabilística — limita a função do dinheiro: *“Although expectations are necessitated by time (either historical or logical) expectations with risk but no uncertainty can refer only to logical time. Similarly they limit the functions of money, since it need not act as a receptacle for uncertainty”* (DOW, 1993, p. 16).

A preferência por liquidez representa a escolha de manter dinheiro em detrimento de manter outros tipos de ativos, sendo que tal preferência é, como já citado acima, influenciada pela existência da incerteza, e também pela confiança estabelecida na localidade (concepção que será apresentada agora).

A preferência por liquidez aponta significativo grau de desconfiança nos ativos de determinada localidade, e assim sendo, representa uma redução na oferta de crédito, pois tanto a população quanto as instituições financeiras preferem reter dinheiro, cominando desta forma em pouca disponibilidade de crédito — os bancos, que geralmente mantêm suas sedes em centros financeiros, possuem informações insuficientes sobre demais localidades,

principalmente se tais localidades estiverem bastante longe do centro financeiro, e portanto, criam mais aversão em disponibilizar crédito — que afeta o desenvolvimento de determinada região (DOW, 1993).

Dow (1993) explica como a preferência por liquidez afeta o desenvolvimento da indústria local:

A rise in liquidity preference, which increases the demand for money, depresses the price of all other assets. In particular, a rise in liquidity preference encourages capital outflows to the financial centre, where the most liquid assets are issued. This reduces the redeposit ratio in the financial institutions of the peripheral region, reducing their ability to expend credit, just as the increase in their own liquidity preference reduces their willingness to commit their assets to advances to local industry. (DOW, 1993, p. 117).

A abordagem Pós-Keynesiana, desta forma, consegue estabelecer relação entre a disponibilidade de moeda e o desenvolvimento das regiões, provando assim a não neutralidade da moeda, e admitindo que o crescimento das regiões é desigual devido, entre outras questões, a preferência por liquidez ou não e a conseqüente disponibilidade de crédito ou não: *“The development of economies, internationally as well as intranationally, is uneven. The forces behind this process of uneven development are many and complex, both real and financial”* (DOW, 1993, p. 141).

Ainda assim, segundo Dow (1993) o desenvolvimento desigual pode estar refletindo uma diferente taxa de juros entre as regiões, novamente reafirmando condições mais difíceis de crescimento para firmas locais (que dependem de instituições financeiras locais, e portanto, são afetadas pelas diferenças de taxas regionais). O sistema financeiro, dessa forma, mantém um processo de causação circular acumulativa que beneficia (cada vez mais e sempre) as regiões centrais (bem como suas empresas) e que prejudica as regiões periféricas (e suas respectivas empresas locais). Para Dow (1993, p. 144): *“The fact that financial institutions tend to have head offices in the central region implies a remoteness from sources of investment finance for businesses in peripheral regions”*.

Os termos regiões centrais — para designar regiões que possuem centro financeiro, regiões que são mais desenvolvidas — e regiões periféricas — regiões menos desenvolvidas, que se apoiam no centro financeiro de alguma região central — são utilizados por Dow (1993) para simplificar suas exposições acerca das relações entre regiões.

De acordo com Dow (1993) a região central exerce domínio sobre a indústria e comércio, e em processo de causação acumulativa, passa a se desenvolver cada vez mais, e devido a sua capacidade de gerar riqueza vem a se tornar um centro de controle financeiro.

Enquanto ocorre isso, a periferia passa a depender do centro financeiro da região central, passa também a depender da economia dessa região e a produzir para ela, conforme Dow (1993, p.147) salienta: *“The ensuing divorce between production and control in peripheral regions encourages the type of specialisation in production which promotes high returns on investment rather than development”*.

Desde o início, a partir da primeira vantagem competitiva adquirida pelo centro, se torna cada vez mais difícil competir com ele, pois tal passa a atuar com vários diferenciais de produtividade que alavancam seu poder produtivo: *“Such a productivity differential in turn can be the outcome of a wide range of factors, extending from physical economies of scale to political power and influence”* (DOW, 1993, p. 146). A discrepância entre uma região e outra, passa a ser tal, que em conformidade com Dow (1993) mesmo em condições iguais de produção e especialização — o que não vai acontecer devido ao controle e riqueza do centro — investidores preferem o centro que a periferia, o que gera mais e maiores investimentos no centro, aumentando a demanda e conseqüentemente a renda, e por fim justificando e reafirmando a confiança estabelecida.

Além disso, a produção periférica está concentrada em um mercado flexível (produtos primários, produtos em baixos níveis de processamento), enquanto a atividade do centro atua em mercado de preços fixos (produtos que exigem um nível maior de processamento), que configura um agravante para a confiança a ser desenvolvida localmente (DOW, 1993). O emprego também é resultado de uma grande participação do centro na periferia, em um processo no qual através da entrada de empresas do centro na periferia mais empregos são disponibilizados, tornando assim a disponibilidade de empregos da região periférica dependente de firmas do centro, onde uma depressão no centro não significa uma oportunidade de emersão para periferia, mas sim uma conseqüente depressão também: *“When activity in centre goes through a downturn, not only is demand for periphery products reduced, but periphery's branch plants of firms producing in both regions are the ones more vulnerable to closure”* (DOW, 1993, p.147).

Dessa forma pode-se esperar um padrão nas relações entre centro-periferia no qual a preferência por liquidez na periferia tenderá a ser maior, pelos seguintes motivos:

- 1) *Liquidity preference tends to be greater for lower-income firms, financial institutions and households than for more prosperous ones, because of their greater risk of needing credit for current (rather than capital) expense. This increased risk in turn ensures that the availability of credit is limited and or expensive because of the associated default risk, reinforcing the preference to hold assets in readily-realizable form (with low risk of capital loss).*

2) This outcome is reinforced (as noted above) by regional differences in income variability, with higher liquidity preference the greater the variability of income. Even if average income is high, if there is a high risk of periodic, severe slumps, default risk can be high on medium -and long-term loans. (DOW, 1993, p. 149).

Tais condições da periferia são acompanhadas pelo comportamento bancário (bancos locais) que tende a restringir empréstimos devido a preferência por liquidez, ficando assim em desvantagem em relação aos bancos do centro (ou bancos nacionais) que oferecem maior disponibilidade de crédito (lembrando que a falta de informações devido ao centro financeiro estar distante da periferia deve afetar essa disponibilidade, minimizando-a ao máximo, mas ainda assim, mantendo maior disponibilidade que os bancos locais). Assim sendo, diante de tantos desdobramentos devidos a preferência por liquidez, é lógico se pensar que tal agravante deveria ser corrigido imediatamente, porém o problema é mais grave, como Dow (1993) explica, existe um paradoxo da liquidez, apresentado por Keynes, no qual as medidas econômicas tomadas para diminuir a liquidez acabam por aumentá-la, e vice versa no caso dos centros, mostrando assim a complexidade do problema e justificando porque ele é perpetuado.

Encerrando sua abordagem regional, Dow (1993, p. 151) afirma que: “This financial behaviour affects the pattern of regional development by exacerbating tendencies towards uneven development”. O problema não é apenas a preferência dos sistemas financeiros e dos investidores em ativos do centro, mas sim o comportamento de todos os setores da periferia:

It is the behaviour of all periphery sectors which tends to weaken the value of existing periphery assets, and at the same time strengthen that of centre assets. Not only does this promote disparities in the valuation of wealth in the two regions, but it influences unfavourably the willingness of periphery producers to invest in new capital goods at the same time as reducing their credit worthiness. (DOW, 1993, p. 151).

Ao tratar sobre as desigualdades internacionais, a primeira constatação é que as disparidades internacionais são muito mais severas que as regionais. De acordo com Dow (1993) diversos fatores são responsáveis por essa constatação: a produtividade (assim como as próprias instituições que determinam as produções, sofrem interferência de cultura e linguagem) tende a ser mais similar em espaços físicos mais próximos, as políticas dos governos nacionais utilizam de estabilizadores (estabilizador fiscal, por exemplo, que cobra impostos menores de regiões mais pobres oferecendo assim certas formas de benefícios para essas) não existentes no contexto internacional, os níveis de educação e treinamento são mais

semelhantes em regiões que países (causando um nível de produtividade e mobilidade de trabalho mais semelhantes também) e a tecnologia, imprescindível para o desenvolvimento, é transferida de maneira mais concreta entre regiões do que em países (devido a maior facilidade de adaptação e a dificuldade de transferência internacional, podendo sofrer restrições de vários tipos).

2.7 Revisão empírica

Sicsú e Crocco (2003) procuram identificar as variáveis que explicam a localização de agências bancárias. Pouco respaldo teórico — específico para localização de agências bancárias — é encontrado, por isso eles utilizam teorias de localização de indústrias para procurar entender a localização de agências bancárias, mas os fatores importantes para a localização de indústrias não se mostraram tão importantes para a localização das agências, principalmente porque as últimas possuem *headquarters* — espécie de escritório sede que controla informações e atividades das agências bancárias, geralmente localizado em espaço de concentração de atividades financeiras, tendo ao seu dispor tudo o que precisa e repassando posteriormente as agências — que reduz a necessidade de localização de agências próximo ao centro financeiro onde ‘tudo acontece’.

Assim sendo, os autores buscaram relacionar a localização das agências com fatores que eles consideraram que fossem importantes (distribuição espacial da população, distribuição de renda, PIB), e ao realizarem testes através de formulas desenvolvidas para esse intuito encontraram que o tamanho do PIB é uma variável que consegue explicar muito bem a localização de agências bancárias. O método utilizado foi a criação de índices relacionando a proporção da população e do PIB do estado em relação ao país com o número de agência do estado proporcionalmente ao país.

Os dados, apresentados em gráficos, mostram a importância não apenas do tamanho do PIB, mas também da distribuição de renda: regiões com melhor distribuição de renda entre os indivíduos possuem mais agências devido ao maior público (mais pessoas recebem bem e procuram o banco para realizar investimentos, poupanças, utilizar dos serviços básicos oferecidos), já regiões com piores distribuições de renda possuem número mais reduzido de agências que as primeiras pelo fato de que o dinheiro é concentrado nas mãos de poucos e esses poucos podem ser facilmente atendidos por poucas agências.

Dessa forma, o sistema bancário se apresenta como um instrumento de propagação de desigualdades: onde o PIB for maior, haverá mais agências que colaboraram com o crescimento local, onde o PIB é menor, haverá menos agências, o que colabora para a manutenção da situação de estagnação atual da região.

Romero e Jayme Jr (2009) buscam discutir as características do sistema financeiro brasileiro (SFB) e examinar os impactos da preferência pela liquidez sobre o crédito e o desenvolvimento regional no Brasil. É testado o impacto da preferência por liquidez e outras variáveis bancárias sobre o nível de crédito disponibilizado por estado, e sobre o nível de atividade inovativa, utilizada como *proxy* para o desenvolvimento.

Acredita-se que a disponibilidade de crédito afete a o grau de inovação — e consequentemente o desenvolvimento — de cada estado: quando a preferência por liquidez é menor, o otimismo em relação a ativos menos líquidos é maior, bem como o nível de confiança em investir a longo prazo, dessa forma são incentivados mais investimentos em inovação porque a confiança construída é capaz de enfrentar o alto nível de risco em inovar; Ainda sim, a menor preferência por liquidez faz com que os bancos disponibilizem mais crédito, assim sendo, as empresas tem mais recursos disponíveis para investir em seus departamentos de inovação.

Em um primeiro grupo de testes em painel procurou identificar o impacto da preferência por liquidez na disponibilidade de crédito, sendo que o resultado apontou que a preferência por liquidez é um determinante da oferta de crédito: tanto o PIB estadual como os depósitos têm impacto positivo sobre o nível de crédito disponibilizado em cada estado, e a preferência por liquidez apresentou relação negativa com o crédito demonstrando que quanto menor a preferência pela liquidez dos bancos, maior o montante de crédito disponibilizado para cada estado.

No segundo grupo de testes, procurou analisar a relação do crédito com o número de patentes, supondo que quanto menor a preferência pela liquidez, maior o prazo do crédito e maior o financiamento da atividade inovativa: o resultado verificado foi que o crédito tem impacto positivo sobre as patentes. Observou-se também que os índices que mediam o aproveitamento de oportunidade e a preferência por liquidez apresentaram distribuição regional semelhante. Vale ainda destacar que na região Nordeste verificou-se um potencial não aproveitado para a geração de patentes, dado a grande produção científica, que não tem refletido em maior produção de patentes.

Val Munhoz (2007) buscou avançar na discussão sobre o papel da moeda e do sistema financeiro no desenvolvimento regional, em seu trabalho analisou dois índices: a preferência pela liquidez do público e a preferência pela liquidez dos bancos.

A preferência por liquidez do público reflete um ambiente onde o grau de incerteza é alto, os ativos mais líquidos são mais valorizados e a disponibilidade de crédito é baixa, sendo que a preferência por liquidez do público e dos bancos estão bastante relacionados, onde em causação circular acumulativa, um leva ao outro, configurando assim um sistema de manutenção de atraso ou desenvolvimento — propiciado pela disposição de crédito — que geralmente resulta em atraso nas regiões periféricas (com alta preferência por liquidez do público e dos bancos, poucas informações a respeito das condições financeiras locais e conseqüentemente aversão ao risco, os investimentos nessas regiões são muito menores) e desenvolvimento nas regiões centrais (a menor preferência por liquidez do público e dos bancos, incentivada por acesso a informações, e um ambiente financeiro centralizado, atrai mais investidores, consegue ofertar mais crédito e diminui a aversão ao risco, gerando desenvolvimento).

Através dos dois índices — preferência por liquidez do público e preferência por liquidez dos bancos — teve-se a pretensão de analisar o comportamento do público e dos bancos em relação à alocação de seus ativos em prazos mais curtos ou mais longos, e com isso verificar a distribuição de crédito pelo país. Também é apresentado como objetivo específico fazer um estudo comparativo entre as sedes das macrorregiões brasileiras e suas áreas polarizadas, analisando em que medida os polos econômicos do país se assemelham com as regiões localizadas em seu entorno, observando quais as macrorregiões são mais polarizadas pelas suas sedes.

Neste trabalho foi utilizada uma nova regionalização econômica do Brasil proposta por pesquisadores do Cedeplar-UFMG na qual os autores propõem uma regionalização em que existiriam apenas 11 macrorregiões: Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Manaus, Centro-Oeste (Brasília e Goiânia). O período analisado corresponde aos anos de 1990, 1994 e 2000, os quais a escolha se deu devido ao fato que são períodos de grandes diferenças macroeconômicas nacionais e com graus distintos de incerteza econômica.

O referencial teórico do trabalho chama bastante atenção para o papel da moeda na abordagem pós-keynesiana, onde a moeda e o sistema financeiro exercem influências no desenvolvimento, ao contrário da abordagem clássica que considera apenas variáveis reais da economia — produção, emprego e salários, por exemplo — e que tem a moeda como neutra.

A fonte de dados do sistema financeiro usada foi o Banco Central do Brasil (Bacen), por meio do programa PASCW10, que apresenta dados relativos ao número de agências bancárias, valores de operações de crédito (empréstimos), depósitos á vista do governo, depósitos a vista privados, depósitos de poupança, depósitos a prazo e obrigações por receber de bancos comerciais e múltiplos, por município brasileiro.

Calculados os índices, seus resultados foram somados aos dados regionais para aplicação de duas técnicas estatísticas de análise multivariada: a análise de componente principal e a análise de cluster. Essas técnicas permitem apresentar as principais características de cada região e formar agrupamentos de regiões de acordo com a similaridade de desempenho nos dados utilizados.

Os resultados obtidos foram: as regiões periféricas apresentam maior preferência por liquidez, elevando a demanda por moeda e depreciando o preço dos ativos, e o estudo comparativo entre sedes das macrorregiões brasileiras e suas áreas polarizadas, no qual constatou-se que sedes e interiores localizados em regiões centrais apresentam valores mais altos para variáveis reais, mas baixos valores para preferência pela liquidez, enquanto sedes e interiores localizados em regiões periféricas apresentam valores mais baixos para variáveis reais e valores mais altos para indicadores de preferência pela liquidez.

Amado (1998) analisa a contribuição pós-keynesiana acerca do papel da moeda, e com intuito de expor a fragilidade da teoria clássica ao declarar a moeda como neutra, bem como a falta de discussão abordando fatores não reais da economia, realiza uma revisão teórica considerando os trabalhos de Dow (1993).

A autora considera a relutância em aceitar o papel da moeda como participativo na manutenção de desigualdades regionais como absurda e descreve os estágios de desenvolvimento bancário — postulados por Dow — para demonstrar como tal passa a influenciar o desenvolvimento de determinado local a partir do momento que deixa de ser apenas um intermediário e passa cada vez mais a fazer parte de um sistema financeiro amplamente amparado e que detém a concessão ou não de crédito.

3 ESTRUTURA METODOLÓGICA

Esta seção apresenta informações sobre os dados coletados, as microrregiões que participam do estudo e seus municípios constituintes, o modelo utilizado, as variáveis incluídas e os testes realizados a fim de obter a melhor análise dos dados.

3.1 Dados

Os dados contidos no trabalho foram recolhidos no sítio do Banco Central, IPEA-DATA e as distâncias entre os municípios que fazem parte da mesorregião e o município-sede foram obtidas no Google Maps. O período abrangido pela amostra foi de 2013 a 2017, visando realizar uma análise consistente (englobando cinco anos) captando a perspectiva mais recente possível do cenário abrangido. A amostra compreende 1462 observações. Para obtenção da Preferência pela Liquidez dos Bancos (PLB) foi utilizada uma fórmula proposta por Crocco (2005), apresentada a seguir:

$$PLB = \frac{\text{Depósitos á vista}}{\text{Operações de Crédito}}$$

As demais variáveis explicativas utilizadas no modelo serão descritas em modelo e testes.

3.2 Descrição da mesorregião

A divisão de um estado em Mesorregiões e posteriormente em Microrregiões é um formato de divisão adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com objetivo de aglomerar municípios com características econômicas e sociais parecidas que estabelecem relações de dependência e deslocamento de indivíduos em busca de bens, prestação de serviço, trabalho e demais demandas. O estado de São Paulo possui 15 mesorregiões, das quais uma será abordada no trabalho, correspondente a região metropolitana de São Paulo e que devido a isso se chama mesorregião metropolitana de São Paulo. Dividida em sete microrregiões, a mesorregião metropolitana de São Paulo concentra quase metade de toda a população do estado e é responsável por aproximadamente 70% do PIB do mesmo. As microrregiões que compõem a mesorregião são: Franco da Rocha,

Guarulhos, Itapecerica da Serra, Mogi das Cruzes, Osasco, Santos e São Paulo. No total 46 municípios agrupados em 7 microrregiões participaram do estudo.

Tabela 1 – Composição da Mesorregião Metropolitana de São Paulo

Microrregiões	Municípios
Franco da Rocha	Caieiras, Francisco Morato, Franco da Rocha, Mairiporã.
Guarulhos	Arujá, Guarulhos, Santa Isabel.
Itapecerica da Serra	Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapecerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista.
Mogi das Cruzes	Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano.
Osasco	Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba.
Santos	Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Cubatão, Bertioga.
São Paulo	Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo.

Fonte: Elaboração própria.

3.3 Modelo e testes

O modelo utilizado foi desenvolvido considerando dados em painel (dados empilhados, efeitos fixos e feitos aleatórios). De acordo com Wooldridge (2010) um conjunto de dados em painel (ou dados longitudinais) consiste em uma série temporal para cada registro do corte transversal do conjunto de dados. Como exemplo, suponha que tenhamos o histórico de salário, educação e emprego para um conjunto de indivíduos ao longo de um período de dez anos ou que possamos coletar informações, tais como dados de investimento e financeiros, sobre o mesmo conjunto de empresas ao longo de um período de cinco anos. A característica essencial dos dados em painel que os distingue dos dados de corte transversal agrupado é que as mesmas unidades do corte transversal (indivíduos, empresas ou municípios nos exemplos anteriores) são acompanhadas ao longo de um determinado período.

A respeito dos efeitos fixos Wooldridge (2010) afirma que esses utilizam uma transformação para remover o efeito não observado antes da estimação, assim sendo, quaisquer variáveis explicativas constantes no tempo são removidas com o efeito não observado. A necessidade de eliminar o efeito é porque ele supostamente estará correlacionado com cada variável explicativa em todos os períodos de tempo. Mas caso não esteja correlacionado com uma ou mais das variáveis explicativas o uso da transformação para eliminar o efeito não observado resultará em estimadores ineficientes.

Por fim, o estimador de efeitos aleatórios é atraente quando pensamos que o efeito não observado é não correlacionado com todas as variáveis explicativas. Com bons controles no modelo é possível crer que qualquer resquício de heterogeneidade negligenciada induz correlação apenas no termo de erro composto, mas não causa correlação entre os erros compostos e as variáveis explicativas. A estimação de modelos de efeitos aleatórios por mínimos quadrados generalizados é comum e normalmente feita por muitos programas econométricos (WOOLDRIDGE, 2010).

Um modelo de dados em painel pode ser dado por:

$$y_{it} = z_i \alpha + x_{it}' \beta + \varepsilon_{it},$$

Em que x_{it} se refere a um vetor $1 \times K$ composto por variáveis exógenas que podem sofrer variações em i e t ; z_i se refere ao termo independente que contém um termo constante e um conjunto de variáveis não observadas; ε_{it} é o termo de erro independente, que possui média zero e variância constante (σ^2); e os parâmetros estimados na equação são α e β . A forma matricial pode ser dada por:

$$y_i = \begin{bmatrix} y_{i1} \\ y_{i2} \\ \vdots \\ y_{iT} \end{bmatrix} x_i = \begin{bmatrix} x_{1i1} & x_{2i1} & \dots & x_{ki1} \\ x_{1i2} & x_{2i2} & \dots & x_{ki2} \\ \dots & \dots & \dots & \dots \\ x_{1iT} & x_{2iT} & \dots & x_{kiT} \end{bmatrix} \beta_i = \begin{bmatrix} \beta_{0i1} & \beta_{1i1} & \beta_{2i1} & \dots & \beta_{ki1} \\ \beta_{0i2} & \beta_{1i2} & \beta_{2i2} & \dots & \beta_{ki2} \\ \dots & \dots & \dots & \dots & \dots \\ \beta_{0iT} & \beta_{1iT} & \beta_{2iT} & \dots & \beta_{kiT} \end{bmatrix} e_i = \begin{bmatrix} e_{i1} \\ e_{i2} \\ \dots \\ e_{iT} \end{bmatrix}$$

Para definir qual o modelo mais adequado a ser utilizado realizaram-se dois testes: teste de Hausman e teste LM de Breush-Pagan. O teste de Hausman visa apontar qual o melhor método de acordo com os dados que se tem, podendo ser o método de efeitos fixos ou efeitos aleatórios. Já o teste de Breush-Pagan visa definir a escolha entre o método de dados empilhados e o método de efeitos aleatórios. O teste de Hausman se fundamenta que sob uma hipótese de não correlação os estimadores de efeito fixo e aleatório não devem se diferir de maneira sistemática (GREENE, 2002). Portanto, a hipótese nula seria que não há diferenças (sistemáticas) entre os estimadores. Assim sendo, a rejeição da hipótese nula significa que há

correlação e que o modelo de efeitos aleatórios não é desejável para o agrupamento de dados utilizado.

Finalmente, as variáveis empregadas no modelo são:

- LN_Crédito: Variável dependente do modelo na forma logarítmica. Compreende o montante de crédito concedido pelo banco naquela cidade.

- LN_PIB: Variável independente do modelo na forma logarítmica. Espera-se uma relação positiva entre esta variável e a dependente.

- LN_Pop: Variável independente do modelo na forma logarítmica. Também espera-se uma relação positiva entre esta variável e a variável dependente.

- LN_DP: São os depósitos a prazo do banco.

- PLB: Variável independente do modelo. Refere-se a Preferência pela Liquidez dos Bancos.

- DIST: Distância do Município para a cidade polo.

- NAG: Número de agências bancárias no município.

4 RESULTADOS

Além das regressões com dados em painel, são apresentadas algumas estatísticas descritivas com objetivo de se entender melhor a base de dados trabalhada. Na tabela 2 são apresentadas estatísticas de mínimo, máximo, média e desvio padrão para aquelas variáveis trabalhadas as quais fazem sentido tais informações.

Tabela 2 – Estatísticas Descritivas

Variáveis	Nº de Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Agências	1.814	10,09	54,05	1	621
Depósitos a prazo	1.814	823.000.000	4.560.000.000	0	58.800.000.000
População	1.814	3.237.819	5055589	14.874	12.100.000
PIB	1.814	176.000.000	278.000.000	162.547	727.000.000
Crédito	1.814	3.770.000.000	22.100.000.000	-939.000.000	271.000.000.000

Começando pelo número de agências, a média obtida foi de aproximadamente 11 agências por município, um índice bastante duvidoso pois observa-se um alto desvio padrão conseqüente da enorme diferença em número de agências entre os municípios (o município com menor número de agências possui apenas uma enquanto o município com maior número possui 621). A quantidade de depósitos a prazo segue a mesma linha do número de agências, apresentando um desvio padrão enorme, refletindo igualmente uma grande diferença entre os municípios observados. O tamanho da população assim como os demais índices também foi influenciado por quantidades extremas, elevando o desvio padrão, porém não assustando tanto — quanto a diferença — como os demais índices relacionados a economia. Por fim, dois índices bastante relacionados refletem a mesma postura observada nos anteriores: grande diferença ao comparar o PIB e o crédito dos municípios que constituem a mesorregião metropolitana de São Paulo. Tais índices, por si só, já apontam para uma diferenciação de ‘centro e periferia’, como proposto por Dow (1993), mesmo se tratando de uma mesorregião consideravelmente homogênea.

Em seguida, são apresentados os coeficientes obtidos a partir dos testes com dados em painel. O primeiro teste realizado foi o teste LM de Breush-Pegan, que visa apontar se o

grupo de dados se adéqua mais ao método de dados empilhados ou ao método de efeitos aleatórios. O teste LM de Breush-Pegan indicou que o método de efeitos aleatórios é o melhor para a dada amostra, com significância a nível de 5%.

Assim sendo, prosseguiu-se com o teste de Hausman com intuito de escolher entre o método de efeitos fixos e o método de efeitos aleatórios. O teste de Hausman apontou que o método de efeitos fixos era o mais adequado, com significância de 1%, rejeitando o modelo de efeitos aleatórios. A seguir, na tabela 3, são apresentados os resultados obtidos, reforçando que deve-se prestar atenção nos resultados do método de efeitos fixos, considerado o mais adequado para o tratamento dos dados.

Tabela 3 – Resultado obtido a partir das regressões com dados em painel

Var. Dependente: LN_Crédito		Modelos	
Variáveis Explicativas	Dados empilhados	Efeitos Fixos	Efeitos Aleatórios
Agenc	.0063878	.0067043	.0065169
LN_PIB	.352446 ***	.0390633	.339795 ***
LN_POP	.0040462	.0133912	.0605909
LN_Depósitos a Prazo	.385675 ***	.3598482 ***	.3766552 ***
PLB	-1.456569 ***	-1.489815 ***	-1.465191 ***
Dist.	-.0021615	0	-.0012059
Cons.	6.288451 ***	11.81068 ***	5.945616 ***
R2	0.7385	0.5153 (Within)	0.5140 (Within)
		0.9347 (Between)	0.9554 (Between)
		0.6749 (Overall)	0.7380 (Overall)
Nº Obs.:	1,462	1,462 (45 Grupos)	1,462 (45 Grupos)

Todos os três testes apontaram que as variáveis PIB, depósitos a prazo e número de agências são relacionadas positivamente com a disponibilidade de créditos pelos bancos. Dessa forma, ao não encontrar uma alta relação entre a distância e a disponibilidade de crédito, rejeita-se a indicação de Perroux (1977) de que os polos de crescimento incentivariam a propagação de crescimento. Dessa forma, é condizente e aceitável a as ideias de Myrdal (1972) no sentido de que existem efeitos propulsores e efeitos regressivos, sendo o resultado do confronto entre esses a força vencedora (neste caso os efeitos regressivos). Além disso, os resultados se mostraram significantes a nível de 1%, admitindo assim que um banco toma de decisões de conceder crédito ou não baseado no PIB, na quantidade de depósitos a prazo e na preferência por liquidez. A respeito da preferência por liquidez, nota-se que tal variável é negativamente relacionada com a disponibilidade de crédito, colaborando dessa forma com a

suposição de que quanto maior a preferência por liquidez, menor a disponibilidade de crédito (DOW, 1993).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou os fatores que influenciam na decisão dos bancos de conceder crédito. Também foi adicionada e analisada uma variável consideravelmente recente nos estudos, a distância entre município e polo próximo. Ainda sim, buscou-se entender o que explicaria o número de agências para cada município. Para isso foram levantados dados de cinco anos a fim de não desconsiderar mudanças acontecidas com o passar do tempo. Nota-se que o presente trabalho conseguiu responder as questões levantadas. O PIB, o número de agências e quantidade de depósitos explicam a concessão de crédito. A distância não se mostrou como significativo agente na concessão de crédito. O número de agências bancárias está relacionado ao PIB de cada município (e não ao tamanho da população).

Os resultados encontrados apontam para a ocorrência de um processo de causação circular acumulativa, no qual as regiões desenvolvidas — ou em desenvolvimento — tendem a se manter em progresso, enquanto as estagnadas tendem a se manter estagnadas. Tal conclusão se deve ao fato de que um maior PIB leva a maior concessão de crédito, que por sua vez se reverte em maiores investimentos, aumento da tecnologia e oferta de serviços, que tornam a elevar o PIB.

Dada tal constatação, sugere-se que sejam realizadas intervenções do estado, assim como proposto por alguns autores citados, com intuito de incentivar o crescimento nas regiões menos desenvolvidas.

Como sugestão para próximos trabalhos, indica-se realizar a comparação entre uma mesorregião de uma área desenvolvida com uma mesorregião de uma área estagnada para comparar se os índices de discrepância aumentam.

REFERÊNCIAS

AMADO, Adriana M. desigual: a perspectiva pós-keynesiana. **Revista de economia política**, v. 18, n. 1, p. 69, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. ESTABAN – Estatística Bancária por Município. Disponível em: <[HTTP://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp](http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp)>. Acesso em: 10 out. 2018.

CARVALHO, Luciano Ferreira. O papel financeiro no desenvolvimento regional. **FICHA CATALOGRÁFICA**, p. 134, 2015.

DOW, S. C. **Money and the economic process**. Aldershot: Elgar, 1993.

GREENE, W. H. **Econometric Analysis**. 5 ed. New Jersey: Prentice Hall, 2002.

HIRSCHMAN, A. Transmissão inter-regional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. (Cap. 2).

HIRSCHMAN, Albert Olist. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Fundo de cultura, 1961.

IPEADATA. Disponível em: <[HTTP://www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br)>. Acesso em: 10 out. 2018.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. São Paulo, Zahar, 1972.

NORTH, D. Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. (cap. 12).

PAELINCK, J., A Teoria do Desenvolvimento Regional Polarizado. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. (cap. 6).

PERROUX, F. – O Conceito de Polos de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. (cap. 5).

ROMERO, João Prates; JAYME JR, Frederico G. Sistema financeiro, inovação e desenvolvimento regional: um estudo sobre a relação entre preferência pela liquidez e inovação no Brasil. **Anais do XIV Encontro Regional de Economia do Nordeste, Fortaleza**, 2009.

SICSÚ, J.; CROCCO, M. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. **Revista Economia**, [S. l.]: ANPEC, v. 4, n. 1, 2003.

VAL MUNHOZ, V.C. **Polarização Regional e Sistema Financeiro**: um Estudo Comparativo entre as Sedes das Macrorregiões Brasileiras e suas Áreas Polarizadas. Prêmio Ipea 40 Anos – IPEA-CAIXA 2005.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução a econometria**: uma abordagem moderna. Tradução: Rogério César de Souza; José Antonio Ferreira. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2010.